

O ESTADO DE S. PAULO

Publicação da **S.A. O ESTADO DE S. PAULO**
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900 • São Paulo - SP • Caixa Postal 2439
CEP 01060-970-SP Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

Classificados por telefone: 3855-2001
Vendas de assinaturas:
Capital: 3950-9000
Demais localidades: 0800-014-9000
Central de atendimento ao leitor:
3856-5400 - falecom.estado@grupoestado.com.br

Central de atendimento ao assinante
Capital: 3959-8500
Demais localidades: 0800-014-77-20
www.assinante.estadoao.com.br
Central de atendimento ao jornalista:
0800-011-00-94 - www.jornaleironline.com.br
Central de atendimentos às agências de publicidade:
3856-2531 - cia@estado.com.br

Preços venda avulsa: SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). DF: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). ES, RS, GO e MT: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 5,80 (domingo). MS: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 4,00 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 4,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,20 (domingo)

Eles não arriscavam a pele pela democracia

José Nêumanne



Já que o secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, está tão interessado em investigar a violação de direitos humanos pela ditadura militar que provocou uma crise interna no governo federal por propor a tal Comissão Nacional da Verdade, talvez fosse útil esclarecer algumas meias-verdades, que também são meias-mentiras, a respeito desse delicado assunto. A primeira delas é a motivação da iniciativa: conforme o proponente e seu patrono na Esplanada dos Ministérios, Tarso Genro, ministro da Justiça, não há intenção de ofender os militares nem de revogar a Lei da Anistia, que extinguiu os crimes políticos eventualmente cometidos na vigência do regime de exceção. A dificuldade para quem (como o autor destas linhas) não é fluente na algaravia ideológica de ambos é compreender como o dito cujo texto será blindado se ele vige desde 1979 e a proposta é revogar as leis que possam ter permitido tais violações entre 1964 e 1985.

E agora querem revogar a anistia que permitiu sua subida ao poder

“Criar a Comissão da Verdade é a favor das Forças Armadas, que são formadas por oficiais militares das três Armas, pessoas dedicadas à Pátria, ao serviço público, com sacrifícios pessoais, das suas famílias. Esses oficiais não podem ser misturados com meia dúzia, uma dúzia ou duas dúzias de pessoas que prendiam as opositoras políticas, despiam-nas e praticavam torturas sexuais, que ocultaram cadáveres. É um grande equívoco e eu tenho certeza de que o ministro da Defesa (Nelson Jobim) sabe disso”, disse Vannuchi em entrevista à Agência Brasil (oficial). Circulam na internet manifestos pedindo a adesão dos brasileiros à iniciativa e citando os “verdadeiros” heróis militares, caso do líder da revolta contra o uso da chibata para punir infratores nos navios da Marinha brasileira, em 1910, o marujo João Cândido. Ainda bem que os autores de tal manifesto tiveram o cuidado de evitar citar outro marinheiro, o cabo fuzileiro naval Anselmo, um agitador que depois se descobriu ter sido agente provocador dos quadros da inteligência militar que lutava contra os grupos da esquerda armada na guerra suja travada com o regime nos anos 70 do século passado. Isso, contudo, não impede a observação de que essa lisonja às instituições armadas é um mero e sórdido truque retórico.

É difícil crer que o secretário de Direitos Humanos ignore um tema de sua pasta a esse ponto. Pois qualquer aluno iniciante de algum cursinho mamembem de História recente do Brasil sabe muito bem que os agentes da repressão nos órgãos encarregados de combater a guerrilha não eram loucos solitários e isolados das instituições militares. João Cândido, assim como o capitão Carlos Lamarca, que fugiu do quartel de Quitaúna, na Grande São Paulo, com um caminhão de armamentos para liderar um grupelho guerrilheiro, é que pode ser considerado à margem dos quadros fardados. A repressão à esquerda armada – e todas as suas consequências – foi uma decisão de governo, cumprida pelas Forças Armadas, e desconhecer essa verdade histórica só pode resultar de crassa ignorância ou asquerosa má-fé. Portanto, qualquer tentativa de investigar violações de direitos humanos no regime de exceção sob comando militar mexerá, sim, com vespeiros em muro de quartel. Se isso é necessário ou não, são outros 500 cruzeiros. Mas não nos venham os atuais detentores do poder com tantos borzeguins ao leito.

A reabertura dessas chagas neste momento pode até contemplar o princípio legal vigente em vários países e recentemente adotado no Brasil de que a tortura é um crime que nunca prescreve. A medida legal será até salutar se a denúncia dos torturadores impedir que tais práticas continuem sendo cometidas em delegacias de polícia contra presos comuns ainda hoje. Mas urge considerar outras questões, que vão além dessa meia-verdade, simplória apenas na aparência. Isso poderá suscitar um longo debate jurídico, histórico, político e ético. Pois a lei que torna a tortura um crime imprescritível é posterior à anistia, sem a qual não teria havido o arranjo institucional que permitiu a volta da democracia clássica e a ascensão da esquerda desarmada ao poder.

Só isso poderá encerrar o debate, que talvez nem tivesse ter sido iniciado. Mas ainda há mais a considerar, já que a palavra verdade está sendo utilizada de maneira, digamos, leve na denominação da iniciativa, que mais parece retaliação ou um gesto comparável a urinar no poste para marcar posição. As vítimas da ditadura assenhorearam-se do poder e agora fazem questão de mostrar quem manda neste Brasil de uma democracia pouco solidificada, onde ainda vige uma norma consensual, não inscrita na tradição jurídica, mas

perfeitamente adequada aos hábitos e costumes, segundo a qual “manda quem pode, quem tem juízo obedece”.

Convicta de que a História é escrita por vencedores, em detrimento dos vencidos, o que justificaria até os atos bestiais de Hitler e Mussolini, por exemplo, a esquerda quer reescrever a ata deste nosso tempo porque perdeu a guerra suja, mas subiu ao poder. Ainda que não tenha êxito no Parlamento, pois, ao que parece, senadores e deputados não estão muito dispostos a remexer no lixo dos porões da ditadura, os patronos da Comissão Nacional da Verdade já conseguiram algumas conquistas. A primeira delas foi expor os atuais comandantes militares à humilhação pública de serem forçados a devolver seus cargos ao presidente. A segunda será refinar outro combustível para anabolizar a crescente popularidade de Lula, que poderá ostentar a láurea de “vingador dos torturados”.

E a maior de todas será elevar ao panteão dos heróis da democracia militantes que não arriscavam a pele pela liberdade, mas por sua forma favorita de tirania. Se conseguir ungar tal mentira como verdade, a proposta terá prestado um imenso desserviço à história e à democracia. ●

José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do *Jornal da Tarde*

Reflexos de um lustro

José Renato Nalini



A mais recente das reformas constitucionais do Judiciário completa cinco anos. A Emenda Constitucional (EC) 45 entrou em vigor em 31/12/2004 e sua tônica foi acelerar a prestação jurisdicional. Não que o constituinte originário já não tivesse mandado o recado à Justiça em 1988. Mas, agora, a ênfase na presteza torna-se mais evidente. Ou o Judiciário funciona ou se apressa o ritmo de seu declínio, para prestígio de alternativas de resolução de conflitos.

O constituinte derivado chega a criar um novo direito fundamental, em acréscimo à já alentada enunciação do artigo 5º da Carta: a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Nada obstante a dificuldade em precisar o que seja a “razoável duração” da demanda, a parte final é eloquente: há de se garantir celeridade no trâmite. Ao lado dessa inclusão –, a rigor, desnecessária, pois a eficiência de um serviço público já fora prevista como princípio fundamental da administração no artigo 37 –, outros preceitos foram postos no pacto republicano para mostrar que a nacionalidade não vai tolerar a disfunção da Justiça. Criou-se o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o temido órgão de controle externo, cuja atuação repercutiu na mídia e desta mereceu observação atenta. As-

sim, o combate à prática do nepotismo, os excessos remuneratórios, a injustificável paralisação de processos criminais, a caótica situação fundiária em algumas unidades da Federação.

A produtividade do juiz passou a representar critério objetivo de aferição de seu merecimento para fins de promoção na carreira. Vedou-se a promoção do juiz que injustificadamente retiver autos em seu poder além do prazo legal e a impossibilidade de devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão. Embora a rigor fosse desnecessário, estabeleceu-se que a atividade jurisdicional será ininterrupta e proibiu-se o período de férias coletivas nos juízos e tribunais. O preceito, que já poderia ser extraído da versão do pacto em 1988, foi renovado: nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente deverão estar à disposição da cidadania.

A distribuição de processos tem de ser imediata, em todos os graus de jurisdição. Dir-se-á irrelevante o dispositivo: os autos continuarão a aguardar a boa vontade e a capacidade de trabalho do julgador. Mas a diferença é significativa: a partir da destinação do processo, a parte saberá a quem tributar a demora excessiva e poderá provocar o responsável. Já não poderá receber como resposta que seu recurso “aguarda distribuição”, o que era a regra antes de 2005.

Foi com base nessa nova perspectiva que o CNJ adotou a chamada Meta 2, cujo intuito foi ultimar o julgamento de todos os processos distribuídos até à entrada em vigor da reforma. Se seu cumprimento foi impossível, diante da complexidade do Judiciário, integrado de várias Justiças, o recado serviu ao menos para incomodar os que mantêm ritmo incompatível com o novo desenho do serviço estatal encarregado de resolver conflitos.

O significado maior da EC 45/2004 foi evidenciar que o Poder Judiciário no Brasil, teoricamente uno, de acordo com a doutrina, precisa atuar como serviço público eficiente e submeter-se a planejamento. A sofisticação de um modelo preservador de duas Justiças comuns – a federal e a estadual – e de três Justiças especiais – Trabalhista, Militar e Eleitoral – originou a conhecida figura dos arquipélagos com mais de uma centena de ilhas autônomas. Até mesmo dentro do mesmo ramo o Judiciário manteve e consolidou distorções – setores bem providos de servidores e de infraestrutura e outros afogados em excesso de trabalho e de burocracia.

Apenas um órgão corajoso de planejamento poderia iniciar a lenta, mas irreversível correção de rumos. Isso

coube ao CNJ, cuja vocação é planejar o Judiciário do futuro, mais do que servir como super-corregedoria. Muito embora a mera existência de um colegiado destinatário de queixas e reclamações tenha servido para estimular o funcionamento dos órgãos correccionais acometidos de letargia.

As críticas começam por invocar o sepultamento da Federação. Mas isso não é novidade. O federalismo brasileiro sempre foi *sui generis*. Nunca houve aqui a soberania das províncias que gerou o modelo confederativo norte-americano. O poder no Brasil é centralizado. A tentativa paulista de liderar um movimento constitucionalista que respeitasse princípios da República não custou só vidas humanas. Representou permanente desconsideração por São Paulo, que ainda reside nas alusões a “paulistérios” e ao não se prestigiar gente e teses bandeirantes nos altos comandos republicanos. Suficiente mencionar a deploável deficiência representativa no Parlamento, que traduz a vontade do povo, onde a voz pau-

A reforma do Judiciário pretendeu mais do que realizou

lista é sufocada. Se o Poder Judiciário é uno, como ensina de forma consensual a melhor doutrina, ele precisa de uma diretriz resultante de um planejamento consequente. A reforma do Judiciário pretendeu mais do que efetivamente realizou. O ponto nevrálgico está na urgente reformulação da sistemática de recrutamento dos novos quadros que servirão à Justiça do amanhã. O sistema de méritos precisa ser aperfeiçoado e as diretrizes estabelecidas pelo CNJ e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) devem ser observadas e implementadas.

Até hoje, com raras e mal compreendidas exceções, o concurso público privilegiou a capacidade de memorização e não se ateuve aos atributos que realmente interessam: caráter, vocação, capacidade de trabalho, espírito público, compreensão da realidade brasileira, humildade e talento para enfrentar desafios. Fora diferente a seleção e o próprio Judiciário teria liderado sua atualização contínua, de forma a evitar traumatismos decorrentes de sua incapacidade de diálogo. Agora, só lhe resta cumprir o que a sociedade brasileira quer de sua Justiça, de forma clara sinalizada na Emenda 45/2004. ●

José Renato Nalini, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, é presidente da Academia Paulista de Letras

SINAIS PARTICULARES



Osvaldo Cruz, filho de São Luís do Paraitinga

FÓRUM DOS LEITORES



ENDEREÇO
Avenida Eng. Caetano Álvares, 55, 6.º andar, CEP 02598-900



FAX:
(11) 3856 2920



E-MAIL:
forum@grupoestado.com.br

Demagogia

A foto do presidente *Lulla* com o isopor na cabeça, a Praia de Inema (BA), mostra o maior demagogo do planeta: com mais de 50 assessores e militares na segurança, *elle* carrega o “seu isopor” na cabeça – sabia que seria fotografado e 2010 é ano de eleição. De verdadeiro ali não havia nada.

CELSON DE CARVALHO MELLO
celsosaopauloadv@uol.com.br
São Paulo

● Se o presidente Lula pensa que com uma canetada vai resolver o problema das centenas de famílias que perderam alguém nas criminosas estradas do País, merece mesmo é carregar isopor na cabeça. De preferência no meio de alguma estrada esburacada. No lugar de trabalhar para dar à

população estradas seguras, como as paulistas, ele brinca de ambulante e finge que se esconde da mídia nas férias presidenciais.

ALIANA CÂNDIDA SILVA
alianacandida@yahoo.com.br
São Paulo

A diferença

Em 31/12/2001, cerca de 15 dias após receber o título de Patrimônio Mundial, a cidade de Goiás foi atingida por violenta enchente, que lhe destruiu parte do patrimônio histórico. Dia 3/1 ali compareceram o governador de Goiás, o ministro da Cultura, o presidente do Iphan e o coordenador do Programa Monumenta. Passados alguns dias, o próprio presidente da República foi lá e garantiu verbas para a reconstrução. Rapidamen-

te a cidade foi restaurada. Hoje, seis dias após a tragédia de São Luís do Paraitinga, não vi nenhuma manifestação dos atuais ocupantes desses cargos, à exceção do governador paulista. Pobre São Luís, até então detentora de tão rico acervo arquitetônico, pedaço da História deste país perdido antes no descalço das autoridades do que nas águas de um rio. **MARCO ANTONIO GALVÃO**
galvaoarq@uol.com.br
Brasília

Inundações

É triste e lamentável ver as consequências do excesso de chuvas. A meu ver, culpar só o clima é simplista demais, pois lavamos as mãos como Pilatos. Uma parcela muito grande de culpa cabe à for-

mação de nossa classe política, criada para mostrar resultados no curto prazo, durante seu próprio mandato, para garantir o próximo. Quem se preocupa com o futuro, se este não resulta em votos imediatos? Quem se preocupa em projetos que trarão benefícios daqui a 10, 20 ou 30 anos? Afinal, até lá as pessoas que governam e legislam serão outras, não é mesmo? E o povo continua sofrendo. **LUIZ GUILHERME BENDER**
lgbender@hotmail.com
São Paulo

● Desabamentos em locais autorizados, precatórios de há muito constituídos, todos têm sempre a assinatura de um político!

TANIA TAVARES
taniatma@hotmail.com
São Paulo

Caças suecos

Saiu o resultado do parecer da Aeronáutica para a compra dos 36 caças. Será que o presidente *Lulla* (*L'Homme de l'Année 2009*) terá peito de desagradar à França (3.º lugar) e optar pela compra dos caças suecos? O que dirá agora o *Le Monde*?

JOSÉ CARLOS DEGASPARE
degaspares@uol.com.br
São Paulo

● Vamos ver se Lula tem coragem de contrariar Sarkozy, depois de todos os rapapés interesseiros, para atender os militares brasileiros, que escolheram – em relatório técnico de mais de 30 mil páginas – o caça sueco Gripen NG, em vez do

francês Rafale, na última etapa da concorrência internacional que deverá (sabe-se lá quando) decidir a compra de 36 aviões de combate. Quanto ao ministro Nelson Jobim, que está praticamente fora do governo, seria absurdo deixar prevalecer sua preferência pessoal no caso.

PAULO SERODIO
pserodio@uol.com.br
São Paulo

● Esperamos que o presidente Lula tenha o bom senso e a sensatez de seguir a orientação da FAB. Os interesses do Brasil devem estar em primeiro lugar.

RENATO KHAIR
renatokhair@uol.com.br
São Paulo